

**COMITÊ ESTRATÉGICO NACIONAL DO COMPROMISSO NACIONAL
CRIANÇA ALFABETIZADA (CENAC)
ATA DA QUARTA REUNIÃO**

Data da reunião: 27 de fevereiro de 2024

Horário da reunião: 09h00 às 13h00

Participantes:

Representantes do Ministério da Educação (MEC)

- Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, Secretária Executiva do Ministério da Educação
- Kátia Schweickardt, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação
- Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação integral Básica do Ministério da Educação
- Julia Tami Ishikawa, Diretora de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Educação
- Maurício Érnica, Coordenador-Geral de Equidade Educacional da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação
- José Roberto de Souza Santos, Coordenador Pedagógico na Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep
- Clara Machado da Silva Alarcão, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica do Inep
- Amanda Vargas Maia, Coordenadora das Políticas de Manutenção e Desenvolvimento Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE

Representantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed)

- Alan Resende Porto, Secretário de Estado da Educação de Mato Grosso
- Sandra Maria Martins Cardoso Casimiro, Secretário de Estado da Educação do Amapá
- Márcia Loch, Diretora de Ensino da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
- Roberta Barreto de Oliveira, Secretária de Estado da Educação do Rio de Janeiro
- Myriam Medeiros, Subsecretária de Planejamento e Ações Estratégicas, da Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro

Representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

- Luiz Miguel Martins Garcia, Dirigente Municipal de Educação de Sud Mennucci/SP
- Márcia Aparecida Baldini, Dirigente Municipal de Educação de Cascavel/PR
- Leonardo Santa Cecília, Dirigente Municipal de Educação de Catalão/GO
- Cláudia Alaine Gomes Seabra, Dirigente Municipal de Educação/PA

Representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais (Consec)

- Maria Sílvia Bacila, Dirigente Municipal de Educação de Curitiba/PR

Convidados

- João César da Fonseca Neto, Coordenador-Geral de Apoio às Redes de Educação Básica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação

- Mônica Maria Silva de Souza, Coordenadora-Geral de Alfabetização da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação
- Janaina Ferreira, Coordenadora da Diretoria de Monitoramento e Avaliação - SEB
- Anita Stefani, Diretora da Diretoria de Apoio à Gestão Educacional - SEB
- Lourival José Martins Filho, Diretor de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação – SEB
- Nadile, Secretária Adjunta do Estado da Educação de Mato Grosso
- Josevanda Mendonça Franco, Dirigente Municipal de Nossa Senhora do Socorro/SE
- Vivian Katherine, Assessora Educacional Undime

Ausente por imprevisto:

- Felipe Costa Camarão, Secretário de Estado da Educação do Maranhão

Ata da Reunião:

- *Abertura*

Izolda Cela abre a reunião, todos se apresentam.

Izolda Cela: Iniciou a reunião enfatizando o engajamento, aprimoramento das práticas e valorização da gestão. Relatou que muitos estados já implementam programas vigorosos, apoiando os municípios em suas redes. Reforçou que o foco das ações está no diagnóstico, monitoramento e apoio às crianças mais necessitadas, garantindo o direito à alfabetização na idade certa.

Kátia Schweickardt: Destacou o papel do MEC como apoiador, fomentador e ouvinte das políticas de educação básica. Apresentou o Pé-de-Meia como uma forma de apoio direto, enfatizando a disponibilidade para auxiliar quando necessário. Ressaltou a importância de garantir os direitos de todas as crianças, independentemente de sua origem ou contexto. Expressou gratidão aos secretários estaduais e municipais pelo trabalho conjunto, reconhecendo que a união é fundamental para o sucesso dos esforços. Agradeceu especialmente à coordenadora Mônica e ao coordenador João César, ao diretor Alexsandro e à diretora Anita Stefani pelos seus esforços e contribuições.

- *Aprovação da ata da reunião anterior*

Alexsandro do Nascimento: Reiterou que a ata da reunião anterior foi enviada por e-mail na noite anterior. Ele sugeriu que os membros fizessem a leitura e enviassem possíveis correções ou ajustes para o e-mail da Coordenação Geral de Alfabetização até sexta-feira, 01 de março de 2024.

Todos de acordo.

- **Ações realizadas desde a última reunião**
- *Priorização PAR Formação 2023*

Alexsandro do Nascimento: Relembrou o papel decisório da secretária Izolda Cela no Compromisso, e informou que, apesar das consultas realizadas ao Consed, Consec e Undime ao longo das ações do

Compromisso algumas decisões foram tomadas pela secretária em ad referendum e serão deliberadas na reunião no Cenac, sendo uma dessas decisões a priorização do Plano de Ações Articuladas (PAR).

Alexsandro explicou que, dentro do repasse recebido, havia recursos destinados ao PAR para formação e para materiais, mas a demanda dos estados superou o orçamento disponível. Isso levou à necessidade de encontrar uma forma de priorizar os recursos do PAR Formação.

Portanto, a Coordenação Geral de Alfabetização, em conjunto com a DAGE e DIMAM, desenvolveu uma metodologia para priorizar os territórios com base nos critérios estabelecidos no decreto 11.556 e estabelecidos pelo Comitê do PAR, que inclui Consed e Undime, conforme estabelecido na Resolução no 5 de 10 de novembro de 2023. Essa metodologia foi apresentada ao Cenac para validação. Alexsandro ressaltou que para atender a maior parte dos estados em 100% das suas demandas, e com o objetivo de utilizar todo o recurso disponível, a lista de priorização foi seguida considerando também as restrições orçamentárias.

João César: João César explicou que o primeiro critério de priorização foi ter preenchido o Plano de Ações Territoriais (PATE), seguido da priorização de territórios estaduais com menor índice de alfabetização, maior proporção de população negra, indígena e quilombola, menor nível socioeconômico e maior proporção de crianças que compõem o público da educação inclusiva. Para cada indicador, foi calculado um valor para definir a distribuição dos recursos. Isso resultou em uma lista de estados que seriam atendidos em 2023, embora parcialmente devido às limitações orçamentárias mencionadas por Alexsandro.

Izolda Cela: Reforçou que a priorização foi feita com uma metodologia e estudos que pudessem apresentar critérios técnicos e não ser uma decisão discricionária. Enfatiza que o critério pode ser questionado, revisto, ajustado e melhorado.

Kátia Schweickardt: Expressou sua gratidão pelo trabalho nos bastidores realizado por Janaina Ma (DIMAM), destacando a importância de estabelecer critérios, divisões e parâmetros para o monitoramento dos recursos do PAR. Ela ressaltou os desafios enfrentados pelas redes na execução desses recursos e enfatizou a necessidade de priorizar o regime de colaboração.

Além disso, Kátia Schweickardt mencionou que, com a autorização da Lei Orçamentária Anual (LOA), o primeiro ato do ano foi autorizar o empenho para os recursos do PAR formação do Compromisso que ainda estavam pendentes. Ela alertou sobre a importância de garantir a execução desses recursos, pois apenas tê-los disponíveis não é suficiente. Katia também destacou a necessidade de estar atento ao fluxo dentro das secretarias, para evitar problemas na busca por recursos no futuro.

Márcia Baldini: Enfatiza que na lista de priorização o Paraná está em último lugar, e expressa preocupação por já ser fim do mês de fevereiro, e o processo licitatório só poder ser cumprido quando o recurso está empenhado. Sugere que o processo de priorização libere metade do recurso (50%) e conforme o recurso for sendo executado, realizando monitoramento, o restante do valor seja liberado. Desta forma, ao invés de atender dois estados, seria possível atender quatro.

Luís Miguel: Relembra a aprovação pelo Comitê da proposta de que a prestação de contas viesse com a assinatura tripartite, está no regulamento. Informa que o estado de São Paulo não tem acesso a nenhum dado, e que há dificuldade de receber informação, e que para além de receber o recurso é preciso também receber informação. Coloca a importância de um comitê gestor de acompanhamento da execução

financeira nos estados para não repetir problemas como houve no PNAIC, ou ter recursos bloqueados. Questiona também sobre os municípios que não aderiram ao PATE.

Ressalta, por fim, uma preocupação com a comunicação que está sendo feita com programas como o CNCA e programas que fazem trabalhos complementares ao CNCA, que não estão ressaltando o regime de colaboração.

Alan Porto: Questiona: há uma lista dos estados que ainda faltam receber o recurso e quais ainda não incluíram o plano?

Alexsandro do Nascimento: Informa que irá considerar a sugestão da Márcia Baldini no próximo ciclo.

Respondendo ao Alan Porto, reforçou que o empenho dos restantes será feito nos próximos 15 dias. E que há poucos estados que ainda faltam enviar os planos.

Alan Porto: Informa que o calendário de atividades que todos os secretários têm é do conhecimento de todos, então, considerando o empenho em março, a burocracia de contratação, etc. já é possível pensar em adiantar de alguma forma esse processo.

João César: Informa que o planejamento já está muito avançado, e temos os termos de referência que a equipe do PAR já realizou com a equipe MEC, e é possível fazer um planejamento de licitação. Diferente do PAR Material, o financeiro já pode ser executado mais rápido.

Kátia Schweickardt: Chama a atenção para a governança e reitera que a fala de Luís Miguel traz preocupação. Informa que não é só o comitê nacional que tem que funcionar, mas também o comitê estadual. E é importante a liderança das secretarias estaduais para junto com os articuladores, que são representantes dos estados e da Undime, fazerem as ações em regime de colaboração. Informa que há Ceecs funcionando, mas há falta de colaboração efetiva, e que isso demonstra que a governança em nível estadual precisa de atenção. Kátia enfatiza também a importância da criação dos Ceecs.

Alexsandro do Nascimento: Sugere que o professor Lourival se reúna com cada estado para acompanhar se a formação está acontecendo de forma colaborativa entre estados e municípios, junto com representante da Undime, e caso Maria Silvia quiser participar também incluí-la. Sugere a Mônica Silva para fazer o mesmo com relação a material.

Kátia Schweickardt: Informa que vai realizar conversa com os estados para entender e apoiar a governança. Também reforça que todos os estados receberam o recurso do PAR materiais e ainda há estados que não executaram.

Luis Miguel: Aponta que o comitê gestor precisa também considerar a questão econômica. Por exemplo, com relação ao deslocamento das equipes técnicas dos municípios para as capitais, ou realizar ações em cidades do interior. Reforça que precisa focar nisso para que tenha representatividade das cidades do interior - que são as que mais precisam e não só focar na capital.

Alexsandro do Nascimento: Sugere como uma possível forma de mitigação da dificuldade dos estados serem mais transparentes é permitindo que no caso do PATE, por exemplo, os municípios possam acessar a tela de monitoramento e acompanhar o processo físico e financeiro. Questiona se é possível construir uma forma de possibilitar esse acesso aos municípios.

Márcia Baldini: Sugere reuniões quinzenais para os estados apresentarem a proposta de formação. Lembra que o processo de alfabetização já teve início neste ano, e que uma das funções do comitê é avaliar os processos de formação, e que ter conhecimento da qualificação técnica é importante para a tomada de decisão.

Alexsandro do Nascimento: Sugeriu ao diretor Lourival a realização de uma apresentação com as principais informações para que na próxima reunião do comitê tenhamos essas informações.

Josevanda Mendonça: Concorda que para fazer o acompanhamento é necessário ter o conhecimento mínimo. E informa que acompanhando o estado de Sergipe, não vê avanços como deveria.

Alexsandro do Nascimento: Informa que a diretora Anita e o coordenador João César vão verificar como fazer este acompanhamento.

Leonardo Santa Cecília: Ressalta que falta política de estado da educação, mas que é perceptível o esforço para que isso aconteça. Informa que a aprimoração do Fundeb colabora neste sentido mudando a forma como o recurso é distribuído. Diz que o fato de nem todos os estados receberem o recurso a tempo para o PAR formação pode ser um subterfúgio para essa ação não ter um início. Sugere que se pense uma forma equânime para a questão do financiamento que considere critérios como o VAAT. Sugere uma forma em que todos recebem, e depois aqueles que estão no critério definido.

Alexsandro do Nascimento: Diz que a sugestão pode ser estudada. Lembra que neste primeiro momento foi definido um valor fixo para o PAR Materiais, e no PAR Formação não foi estabelecido um teto, mas que um valor será estudado para o próximo ciclo.

Roberta Barreto: Solicitou que a pauta da agenda seja compartilhada com antecedência para que se pense soluções para as questões que são trazidas.

Alexsandro do Nascimento: Informa que todos receberão com uma semana de antecedência da reunião a ata e a apresentação.

Encaminhamentos

1. Ajustar como realizar o monitoramento, com apoio da DIFOR, DAGE e DPDI para checar se a formação e a construção do material nos territórios respeitou o princípio do compromisso de colaboração entre estados e municípios.

Todos concordam.

2. Construir um mecanismo para que os municípios visualizem os processos referentes a recursos financeiros e outros para verem com proximidade a chegada e a execução dos recursos.

Todos concordam.

3. Solicitar à assessoria de comunicação do MEC documento orientador sobre como comunicar as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, enfatizando o regime de colaboração.

Todos concordam.

Deliberações

- Todos concordam com as decisões tomadas em ad referendum sobre a priorização do PAR formação. Com ressalva que seja estudada a sugestão da Marcia Baldini para os próximos ciclos?

Todos concordam.

- *PAR Municípios*

Alexsandro do Nascimento: Informa que o MEC está realizando um esforço para atender os municípios que não aderiram ao PATE ou que aderiram parcialmente ao PAR material, mas não à formação. Foi avaliado que 209 municípios no total estão com adesão parcial ou não aderiram. Este número significa que o regime de colaboração funcionou no processo de implementação. Informa também que, conforme previsto, as capitais aderiram de maneira parcial ou não aderiram.

Roberta Barreto: Informa que a quantidade de municípios acende um sinal vermelho, porque apesar de serem menos de 5%, outros podem ter iniciativa como essa. Solicita a lista desses municípios.

Alexsandro do Nascimento: Informa que um acompanhamento mais detalhado para entender o motivo da não adesão será feito para pensar em como mitigar esta questão. Alexsandro solicita que a Undime apoie neste monitoramento, inclusive para pensar em como realizá-lo.

Anita Stefani: Considera importante a fala da secretária Roberta e informa que além do trabalho customizado de análise que vamos fazer, temos a questão da prioridade do repasse para aqueles que trabalharam em regime de colaboração, e que o recurso que será disponibilizado agora levará isso em conta também. E então esses municípios que não aderiram só virão depois, e ainda sob análise. Ou seja, não foram priorizados. Então demonstra o esforço que o MEC fez em priorizar o regime de colaboração.

Izolda Cela: Informa que não considera que a questão da não adesão à formação, por exemplo, representa uma dissidência do programa e do Compromisso, e que há situações que podem justificar determinadas escolhas, que é o caso das capitais, que possuem uma certa particularidade. Mas ressalta que o Estado tem meios de cada vez mais fortalecer e comprometer e fazer que os municípios vejam sentido na colaboração.

Roberta Barreto: Informa que o município do Rio de Janeiro abre mão dos recursos porque o material dele é o exemplo, então o estado do Rio de Janeiro irá acompanhar a política da capital.

Alexsandro do Nascimento: Informa que apenas 111 municípios não aderiram a nada. E que 108 aderiram ao PATE, só não aderiram integralmente. Se quisermos checar o sucesso da adesão, cai pela metade nosso indicador "ruim".

Maria Silvia: Considera que há muita tensão entre estados e municípios, e que há uma arena de disputa. Informa que o Consec, irá averiguar para saber a razão das capitais não terem feito adesão aos materiais do estado. Informa que Curitiba tem muito trabalho com realização de materiais e na área de alfabetização - com materiais específicos para professores e estudantes. Diz que por considerar materiais para estudantes não era possível esperar este recurso e deixar 69 mil estudantes sem serem atendidos em fevereiro. Mas reitera que há um bom diálogo com o estado.

Kátia Schweickardt: Reforça a necessidade dos comitês estaduais para deliberar questões que não cabem ao Cenac, e que os comitês estaduais têm que trazer as capitais e as grandes cidades para que elas se vejam contempladas. Reforça também que o PATE não é o todo da estratégia do Compromisso, ele é maior que isso.

Izolda Cela: Informa que é apenas uma exemplificação, e não é obrigatório todo mundo aderir.

Márcia Baldini: Informa que uma das questões, inclusive, é o respeito à autonomia de cada município e cada estado. Ressalta que deve ser repensado o número de articuladores para municípios que têm uma rede muito grande, com mais de 300 mil habitantes, pois apenas um articulador de formação é pouco, e aumenta as dificuldades.

Kátia Schweickardt: Informa que, por meio do Compromisso, já são mais de 7 mil bolsistas pagos diretamente pelo MEC. E que deve ser feito um estudo para entender a complexidade dos grandes municípios, pois é um ponto que sempre aparece. E reforça que o desenho da política é complexo.

Luis Miguel: Ressalta a importância da fala da Roberta porque o não-estar significa que o município não está se sentindo contemplado. E informa que irá chamar uma reunião com as seccionais Undime para saber como está a situação dos comitês estaduais.

Maria Silvia: Reforça a experiência do PNAIC para ilustrar a particularidade do município de Curitiba, que é muito grande, e de outros municípios que são grandes. Diz que é preciso que o Comitê pense em como cobrar coisas nesta dimensão.

Alan Porto: Informa a importância da estratégia de articular secretários de educação com a Undime. Reforça também o papel do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Enfatiza a experiência de Cuiabá que possui um material próprio e está dialogando e conversando com municípios, e que aderiu à avaliação. Conclui que tudo isto colabora com o objetivo final, que é alfabetizar todas as crianças. Também ressalta a oportunidade de realizar um trabalho com as universidades, e o quanto o programa já permitiu grandes avanços, e que é preciso diálogo e comunicação para as ações avançarem.

Alexsandro do Nascimento: Após o fim da fase do planejamento via PATE, os municípios que fizeram parcial ou completa terão oportunidade de planejar ações via PAR. O calendário será:

4 ao 24 de março - planejar as ações no PAR

24 de março a 24 de abril - análise

Aprovado o plano, iniciamos o repasse em maio.

Por fim, informa que será enviado para cada Estado qual é o conjunto de municípios que fez o planejamento individualizado.

Encaminhamentos

1. Compartilhar lista dos municípios que não aderiram ou aderiram parcialmente ao PATE/Compromisso e que farão planejamento individualizado.
2. Realizar acompanhamento detalhado das razões de não adesão e/ou adesão parcial.
3. Undime irá convocar reunião para averiguar a situação dos Ceecs.

Deliberações

1. Abrir momento para municípios não adesos ou adesos parcialmente planejarem o PAR

Todos concordam.

- *Adesão posterior ao LEEI*

Alexsandro do Nascimento: Informa que dos 27 territórios estaduais incluindo o DF, 25 UFs fizeram pactuação com as universidades para o programa de Leitura e Escrita na Educação Infantil e apenas 2 estados optaram por não fazer, sendo Goiás e Sergipe - por possuírem programas próprios de formação de alfabetização bastante avançados. No entanto, gostaria de deliberar sobre a possibilidade de adesão individual de municípios destes territórios, como é o caso de Aracaju.

Josevanda Mendonça: Informa que a não adesão de Sergipe foi uma decisão em conjunto por não terem sido contatados pela universidade, e uma falta de consideração sobre o que é feito pelo território.

Alexsandro do Nascimento: Informa que contactou os estados para entender o que ocorreu e também conversou com Alessio - presidente Undime - e entenderam que essa deliberação deve ser do comitê estadual.

Deliberações

1. A adesão direta de um município ao LEEI caberá ao Comitê Estadual.

Todos concordam.

- *Avaliações Formativas*

Alexsandro do Nascimento: Apresenta a proposta de avaliação formativa de acordo com o Decreto 11.556. Informa que a proposta é uma plataforma digital em que as crianças possam fazer a avaliação, em três ciclos, e ao final, a professora e a escola tenham uma visão do processo de alfabetização. Essa informação não interessa ao MEC, é uma informação da escola e da rede. Mas serve para a rede tomar decisões de processos. Então o MEC realizou melhorias na plataforma já existente do Caed e que estará disponível a todos. Informa que se o estado já tem uma plataforma e estratégia, não precisam aderir a este sistema.

Informa que, preocupados com o tempo, o MEC tentou avançar com algumas decisões sobre a formação, e que erros foram cometidos, por exemplo, de não realizar a comunicação com o Consed antes de apresentar a plataforma de avaliação para as redes. Lembrou que muitos estados possuem recursos para as avaliações formativas, mas que muitos não, pois a plataforma vem com o intuito de apoiar estes territórios.

Alexsandro diz que a ideia inicial era que cada escola fizesse o cadastramento do dado dos estudantes, mas isto levaria a uma baixa adesão à plataforma. Então, foi pensado em fornecer a plataforma já com esses dados cadastrados. Para isso há as seguintes opções:

1. A partir da base de dados do censo escolar, o Inep faria a carga na plataforma, mas há uma interpretação da LGPD que não possibilita o Inep fazer isso.
2. Foi pensado então em solicitar aos estados (proprietários dos dados) para que fizessem a carga no sistema.

No entanto, essas questões não foram comunicadas com antecedência ao estado, gerando problemas. Portanto, o MEC gostaria de realizar mais uma conversa com o Inep sobre a possibilidade de realizar a carga de dados em nível nacional. Caso não seja possível, gostaria de verificar com o Consed a possibilidade dos estados fazerem esta carga. Alexsandro propõe tomar esta decisão até o fim de abril para não prejudicar o próximo ciclo de avaliação.

Alan Porto: Informa que esta discussão pode ser feita no próximo encontro do Consed. E reforça que este tema deve ser prioridade na reunião do Consed.

Roberta Barreto: Informa que o Rio de Janeiro trabalha com o Caed e deram autorização para que eles fizessem a carga da base de dados. Informa que isto é uma possibilidade a ser levada ao Inep. Há uma possibilidade jurídica uma vez que os estados fazem isso.

Leonardo Santa Cecília: Informa que foi realizada uma reunião com Inep na sexta-feira 23 de fevereiro, e que esta preocupação foi levantada.

Alexsandro do Nascimento: Sugere uma reunião com Palácios - presidente Inep - para falar sobre este tema. Propõe que a reunião parta da discussão realizada pelo GT, e de acordo com a secretarias estaduais e representantes da Undime. Além disso, reforça que no programa Pé de Meia, os dados cadastrais são disponibilizados também, então provavelmente algo pode ser feito no mesmo sentido.

José Roberto: Lembra que houve avanço em relação ao eixo sistema de avaliação, e que as avaliações formativas permitem um acompanhamento pedagógico importante. Questiona, no entanto, se a fundamentação para o desenvolvimento deste eixo é a base de dados. Também questiona se se espera

que haja uma intervenção das professoras após a avaliação e como isso é tratado no âmbito do Compromisso para que as avaliações formativas de fato tenham seu impacto.

Alexsandro do Nascimento: Informa que muitas das ações do eixo se dão a partir da decupagem dos dados do Saeb. E que o MEC gostaria de estar mais avançado para não olhar só para dados do Saeb. Informa também que existe um eixo só de avaliação formativa, então as políticas devem sim contemplar as avaliações formativas. Além disso, há um curso dentro do ted do caed para formar lideranças desse debate nos territórios, para que sejam referências nesse processo de avaliação formativa.

Kátia Schweickardt: Sugere uma reunião específica para tratar disso. Diz que entende que a Cogeval estava preocupada com os prazos, e então por isso o ofício solicitando aos estados a carga da base de dados foi enviado. Relembra a necessidade de ter informação de quando subir os dados, quando avaliar etc., então eram coisas para terem sido pensadas antes, ou seja, com uma reunião de avaliação, e então com o Consed para termos um alinhamento sobre o tema.

Encaminhamentos

1. Realizar reunião com presidente do Inep para discutir o eixo avaliação e o problema sobre a base de dados e o que pode ser feito.
2. Acionar o Consed para que no próximo encontro a ser realizado em março este assunto seja uma das pautas a serem tratadas.

- *Apresentação INEP - Metas Globais Estaduais*

Clara Machado: Informa que no final do ano de 2023 foi realizado o Saeb. E que no âmbito do Compromisso foi possível comprometer que todas as UFs realizassem as avaliações externas, e que apenas Acre, Distrito Federal e Roraima não realizaram esta avaliação. Mas a meta é que elas o façam até o final de 2024.

Informa que o INEP montou uma equipe de estatística e que reuniões foram realizadas para tratar sobre a equalização das avaliações e procedimentos necessários para compartilhamento de dados. Conta do processo de equalização e da determinação da equipe, mesmo com prazo curto. Relembra que em agosto de 2023 foi publicada a portaria 351 que orienta sobre trabalho feito para as avaliações estaduais. O prazo para as redes transferirem a base de dados para o Inep é 1o de março (apenas 3 UFs não aplicaram avaliação da alfabetização nos termos acordados para 2023 (AV, DF, RR). Fizemos um termo de compartilhamento e autorização de publicação de resultados.

Ressalta que o Indicador Criança Alfabetizada - esse indicador a partir da equalização das avaliações estaduais - não se confunde com os resultados do SAEB e com as avaliações externas. A divulgação desses insumos está prevista para março/2023, mas é possível que seja em abril.

Informa que dentro do planejamento para 2024 há muitos avanços para estabelecer com relação à equalização, porque é uma equalização que vai ser suportada pelos dados. Então o Inep propõe uma metodologia que vai suportar essa equalização. Mas que já para 2023, houve compartilhamento de itens em comum, então Saeb cedeu itens a serem usados nas avaliações estaduais.

Para que essas avaliações sejam mais robustas é necessário que todas as UFs tenham avaliações externas; realizar estudos para entender onde é necessário avançar, por ex. metodologias de aplicação, cadernos de aplicação, etc. Além disso, é também necessário pactuar o período de aplicação e delinear os sistemas de avaliação de forma complementar para evitar sobreposição de esforços e recursos.

Alexsandro do Nascimento: Apresenta as metas, reforçando que são metas do território estadual. Temos estados com desafio maior e estados com desafio menor do ponto de vista do número. Mas vamos lembrar que estados que têm mais crianças alfabetizadas têm mais dificuldade, pois precisam de estratégias mais avançadas para alcançar as crianças que não estão alfabetizadas. Além disso, também reforça que a meta não é uma meta apenas, mas que ela é consequência do planejamento, de outros esforços.

Neste sentido, Alexsandro propõe deliberar a validação das metas e estabelecer uma forma de comunicar essas metas. Assim que for feita a equalização do Inep do Saeb 2023 em março, vamos realizar a divulgação e acordar as metas com os governadores, lembrando que envolve a rede estadual e municipal.

Informa também que ainda está sendo pensado em como produzir metas para os municípios. Mas a meta que será divulgada é uma meta para os estados avançarem junto com a Undime. Além disso, informa a importância dos Ceecs alinharem este ponto junto ao MEC para que seja possível construir as metas pactuadas no nível do território. Informa que é de conhecimento que há estados que já realizam esses esforços, e que o MEC está à disposição para apoiar junto ao Inep.

Clara Machado: informa que os estados teriam melhor condição de capilarizar e fazer esse esforço de estabelecimento de metas.

Alan Porto: Questiona qual foi a base para definição das metas.

Alexsandro do Nascimento: Informa que a linha de base para o estabelecimento das metas foi o Saeb 2019, pois foi considerado que o resultado de 2023 poderia ser muito próximo do que era 2019. Se algum estado já tiver alcançado a meta para algum dos anos, não há problema de começarem em uma posição melhor. Por fim, Alexsandro solicita que este tópico seja assunto na Renalfa.

José Roberto: Faz considerações sobre a questão da redução de desigualdades, conforme apresentado no Decreto do Compromisso, e que este é um aspecto que ainda precisa avançar. E lembra que a avaliação amostral do Saeb tem limites para captar esse dado. Como o foco é no resultado, mas com ênfase na redução de desigualdades, é necessário realizar avanços neste sentido. Finaliza a fala adicionando outro questionamento com relação à avaliação de matemática.

Alexsandro do Nascimento: Informa que o tema sobre a redução de desigualdades é a próxima pauta a ser trazida por Maurício Érnica da Secadi. Por fim, informa que já encomendou o padrão aprendizagem de matemática no segundo ano.

Kátia Schweickardt: Lembra que Inep ainda está devendo o desenho da equidade para o MEC.

Encaminhamentos

1. Inep está responsável por pactuar o período de aplicação e delinear os sistemas de avaliação (externas, SAEB) de forma complementar para evitar sobreposição de esforços e recursos.
2. Divulgação da equalização em abril.
3. Adicionar o tópico das Metas na reunião da Renalfa.
4. Induzir discussão sobre meta no âmbito dos municípios junto aos Ceecs.

- *Apresentação SECADI*

Maurício Érnica: Lembra que foi pedido à Secadi dois grupos de informações. Primeiro, proposta de metas de equidade do Compromisso. E depois, informações de disponibilização de materiais para educação escolar indígena.

Sobre as metas de equidade, Maurício lembra que estamos falando de um resultado de alfabetização que tem que ser universalizado, ou seja, 100%, o que significa estar acima do ponto de corte estabelecido pelo Inep. Informa que é preciso acompanhar a evolução dos resultados de maneira a saber que as desigualdades que existem estejam diminuídas a ponto da universalização, garantindo o direito a todas e para que as desigualdades sejam eliminadas.

Informa que há três marcadores de desigualdade consagrados na literatura no Brasil e no mundo: raça, nível socioeconômico e sexo. Informa que no Brasil a desigualdade socioeconômica é brutal e profundamente determinante nas desigualdades educacionais, e que a desigualdade de sexo também.

Relembra que a educação básica está organizada em etapas e modalidades que dependem de uma educação diferenciada e que por várias razões não estão cobertas universalmente nos instrumentos de avaliação. A cobertura é baixa especialmente para campo, indígena e quilombola, e não há dados específicos para educação especial. E essas modalidades demandam ações e instrumentos de avaliação específicos. Enfatiza também que duas modalidades são utilizadas na priorização do recurso do PAR formação, então é importante que a política chegue nas escolas indígenas e quilombolas.

Por fim, lembra que as três propostas acordadas entre Secadi, SEB, Secretaria Executiva e INEP: 1ª) Mapeamento e descrição da cobertura das escolas e modalidades nos instrumentos de avaliação do Compromisso; 2ª) Planejamento de formas de avaliação adequadas às modalidades; 3ª) Construção de iniciativas piloto de avaliação das modalidades em parceria com as redes.

Alexsandro Nascimento: Informa que a Secretaria Executiva está liderando a produção de indicador para calcular desigualdade (raça, sexo, NSE). Gostaria de propor para a reunião de maio a proposta de indicador de mensuração de desigualdade. Se não conseguirmos, queremos apresentar na reunião do Cenac (que deve ser proposta para maio, já que a próxima reunião ordinária seria em agosto). Como o Saeb ainda invisibiliza crianças matriculadas em modalidades pelos critérios de participação e cálculo de resultados, essas crianças são sub-representadas. A segunda proposta é que a Secadi possa, já agora em março, apoiar os estados que gostariam de fazer um piloto na avaliação estadual para as modalidades. Assim, a gente pode saber o que acontece quando a gente faz isso, e alimentar o Saeb a

partir disto. Por fim, Alexsandro sugere abrir a possibilidade do Maurício Érnica entrar em contato com vocês para que a avaliação estadual em 2024 já possa ser experiência de avaliação diferenciada.

Julia Tami: Lembra que o tema dos indicadores de raça já está muito consolidado dentro das discussões do MEC, mas nível socioeconômico e gênero ainda precisam de mais aprimoramento. Sugere fechar priorização dos temas sendo: raça, nível socioeconômico e gênero. Por fim, lembra que para maio é possível trazer algo consolidado, inclusive para antes disso, e dar prosseguimento de acordo com a priorização proposta.

Maurício Érnica: Seguindo para o tópico sobre materiais para alfabetização indígena, Maurício informa que há alguns pontos que já servem para pensar na articulação da interface das modalidades com o Compromisso.

Informa que os materiais para alfabetização indígena são produzidos no âmbito do programa Ação Saberes Indígenas na Escola, instituído em 2013, que é uma ação de formação continuada para professor de ensino fundamental em exercício. O programa é composto por formação em letramento e numeramento, e é executado por instituições de ensino superior (IES) públicas em redes de colaboração, que atendem um conjunto de povos indígenas que estão em diferentes territórios etnoeducacionais (TEE). No âmbito dessa ação, são produzidos também currículos e materiais didáticos custeados com recursos da própria iniciativa. Existe uma comissão consultiva da Secadi, a Comissão Nacional de Avaliação e Apoio à Produção de Material Didático e Literário Indígena (CAPEMA), que atua com distribuição e publicação de material indígena literário e didático. Composta por pesquisadores da área, por organizações indígenas e indigenistas. A CAPEMA formula e publica diretrizes de qualidade para os materiais didáticos. Os professores em formação avaliam com base nessas diretrizes.

Informa que em 2023 a SEB conduziu a impressão dos materiais já prontos, selecionados pelas IES, que haviam sido produzidos até 2022. A Coordenação de Educação Escolar Indígena ainda não sabe quais foram publicados nem onde. Mas a avaliação nos fóruns foi positiva. Em 2023, havia 23 IES participando das redes de colaboração e produzindo materiais. A janela de conclusão se encerra em fevereiro de 2024, então há materiais novos que estarão disponíveis a partir de março. Em 2024, a ação está sendo expandida, com 45 IES em 9 redes de colaboração, que deverão produzir novos materiais até o final deste ano.

Quanto à interface da ação com o Compromisso: temos dois pontos: 1º) A CAPEMA dá diretrizes e constrói normas relacionadas com SEB e Cenac assegurando a impressão dos materiais. 2º) O Cenac se relaciona com as comissões estaduais (Ceecs) e com a Renalfa, a CAPEMA não chega aos Ceecs e à Renalfa.

Por fim, Maurício informa que há algumas demandas da educação escolar indígena: 1) Demanda por acompanhamento mais estruturado da impressão e distribuição dos materiais, uma vez que a execução é descentralizada; 2) Envolvimento da CAPEMA nas ações de formação do Compromisso e nos planos estaduais e municipais do Compromisso, como Roraima, Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, etc.); 3) Envolvimento da CAPEMA em outras ações que acontecem na ponta, como os Cantinhos da Leitura.

Alexsandro do Nascimento: Informa que quer propor para deliberação do CENAC que na próxima reunião de abril/maio, a coordenação da educação escolar indígena possa apresentar o planejamento dos materiais que ficarão prontos até o final do ano para os secretários estaduais saberem e fazerem a reserva

do recurso. Pede-se também uma proposta de instrumento para que a CAPEMA acompanhe a distribuição dos materiais da educação escolar indígena.

Por fim, Alessandro informa que é possível garantir a participação da CAPEMA no nível nacional, e que será pensado uma forma de representação a nível estadual nos Ceeecs. Enfatiza a importância dos estados terem representantes da educação escolar indígena nos comitês estratégicos. Questiona aos membros do CENAC se concordam com a participação de representantes da educação escolar indígena nos CEECs para realizar a intervenção que o Maurício trouxe. Continuando, sugere um diálogo com Mônica para pensar quantas pessoas e como fazer isto.

Kátia Schweickardt: Propõe que no Ciclo Formativo da Renalfa seja apresentado para os articuladores algo estruturado.

Alessandro do Nascimento: Sugere também que seja dedicado um tempo em alguma reunião do Cenac para falar sobre conceitos trazidos na fala do Maurício.

Maurício Érnica: Informa que há uma tabela com as IES que estão articuladas (45) e todos os povos indígenas contemplados no âmbito da ação Saberes Indígenas e TEEs. Informa que há pessoas que podem participar nos CEECs e apresentar coisas muito estruturadas para apresentar na Renalfa. Por fim, conclui que foi dado um passo importante ao associar o Saberes com o Compromisso, e que o desafio apresentado sobre o monitoramento existe porque o primeiro passo foi feito.

Encaminhamentos

1. Apresentar proposta de indicador de mensuração de desigualdade na próxima reunião do Cenac, a começar pelo tópico da raça, e depois seguir com priorização definida: nível socioeconômico e gênero.
2. Secadi apoiar estados, a partir de março, que gostariam de fazer um piloto na avaliação estadual para as modalidades.
3. A coordenação da educação escolar indígena apresenta o planejamento dos materiais que ficarão prontos até o final do ano para os secretários estaduais na próxima reunião do Cenac e uma proposta de instrumento para que a CAPEMA acompanhe a distribuição dos materiais da educação escolar indígena.
4. Apresentação de uma proposta estruturada no Ciclo Formativo da Renalfa para os articuladores.
5. Criar um momento na reunião do Cenac para discussão dos conceitos trazidos pela Secadi.
6. Cogealf dialogar e pensar estratégias de inserção da CAPEMA nos Ceeecs.

Deliberações

1. Garantir a participação da CAPEMA no nível nacional da Renalfa, pensar como será a participação a nível estadual nos Ceecs.

Todos concordam.

- *Apresentação FNDE*

Amanda Vargas: apresentou os dados relacionados ao PDDE Cantinho da Leitura. Informou que o repasse foi bem-sucedido, alcançando 38.825 escolas para receberem pagamento. No entanto, apenas 37.123 escolas (95,6%) receberam o repasse, sendo que aquelas que não receberam apresentaram alguma inadimplência, como CNPJ vencido. Foi mencionado que estão em articulação com a COGEALF para repassar o valor prescrito em restos a pagar para essas escolas.

Em relação ao PAR formação e materiais, Amanda apresentou o valor empenhado e o valor pago, destacando que o pagamento dos materiais do PAR é feito mediante comprovação da execução. Adiantou que é possível que tenhamos um novo representante da diretoria para essa área. Além disso, mencionou que alguns estados ainda não receberam o pagamento devido à ausência do termo de referência, essencial para o pacto e para os documentos necessários. Também informou que o empenho do valor para 2024, conforme informado pela secretária Kátia, já está sendo realizado.

Mônica Silva: complementou a apresentação informando que houve uma reunião com a Renalfa, com a presença do FNDE e João César (CGARE), para tratar de dúvidas relacionadas ao repasse desses recursos. Colocou-se à disposição para avançar nesse processo de execução.

Próximas ações

- *Reconhecimento de Boas Práticas do CNCA*

Alexsandro do Nascimento: Informa que isto ficará para a próxima reunião do CENAC.

- *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada 2024*

Mônica Silva: iniciou a fala destacando o progresso significativo, com 19 estados já com políticas de alfabetização instituídas, sendo 6 estados após o lançamento do Compromisso. A meta é alcançar 20 unidades federativas até o final do ano, conforme estabelecido no Plano Estratégico Institucional (PEI). Foi ressaltado que o Distrito Federal também institucionalizou sua política, que inclui também o CEEC, e que a coordenação está colaborando com a Renalfa para fortalecer os CEEC, tornando-os mais participativos e efetivos. Para o primeiro semestre, o objetivo é revisitar e acompanhar as ações implementadas, além de fornecer um documento orientador da Renalfa para apoiar esse processo. Também foi planejado o desenvolvimento de um plano de acompanhamento para os comitês, políticas e outras ações em andamento.

- *Apresentação do Relatório de Monitoramento CNCA 2023*

Alexsandro do Nascimento: Sugere enviar o relatório por e-mail e para acompanharem o portal do programa, onde o relatório será publicado.

- **Encerramento**

Kátia Schweickardt: propõe estabelecer a data da próxima reunião para discutir a avaliação formativa. Fica definido que será no dia 05, terça-feira, a partir das 16h30, horário de Brasília, em formato online.

Alexsandro do Nascimento: Expressa agradecimentos a todos os presentes, pede desculpas por quaisquer problemas relacionados à plataforma de avaliação e reforça a importância do trabalho conjunto e do regime de colaboração. Reforça que estamos buscando inverter a lógica, ou seja, para que o Ministério da Educação apoie as redes de ensino, permitindo que elas avancem.

Reunião Encerrada***